

DEZ ANOS SEM FREDERICO MARQUES

DOMINGOS FRANCIULLI NETTO

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

José Frederico Marques, sem dúvida um dos maiores juristas brasileiros do século passado, notabilizou-se sobretudo como processualista, obtendo praticamente a nota máxima para livre docência de Direito Judiciário Penal da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e para a cátedra de Direito Judiciário Civil, da Faculdade Paulista de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Daí a razão de ser oportuna, a meu juízo, a inserção neste escólio comemorativo dos três decênios do CPC, desta modesta homenagem à memória daquele que, como poucos, contribuiu para a sistematização, difusão e perfeito entendimento do que havia de melhor no mundo no campo estritamente científico do processo.

Basta rememorar as doudas palavras do então ilustre desembargador e, depois, ministro do Excelso Supremo Tribunal Federal, o notável Pedro Rodovalho Marcondes Chaves, que saudou o preclaro José Frederico Marques, em nome do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no ensejo de sua posse no nobilitante cargo de desembargador da centenária Corte:

“A modernização do nosso processo com o advento do Código de Processo Civil provocou entre nós um verdadeiro renascimento. Estávamos nesse terreno com um século de atraso, confinados na cortina de ferro de uma legislação obsoleta dentro de dois marcos que eram o Regulamento n. 737 de 1850, e o Código de Processo Criminal de 1832, chanfrados nas idéias de uma doutrina de há muito relegada que cerceava o pensamento dos nossos juristas. Não obstante a valia de Pimenta Bueno, de João Mendes Júnior, de Paula Baptista, pontos culminantes da nossa literatura processual, e pioneiros algo indecisos da autonomia e



assento constitucional da matéria, os mestres e divulgadores da moderna processualística, germano-italiana, os mais vulgarizados, hoje, eram conhecidos apenas de um punhado de juristas teóricos ainda há menos de duas décadas. A renovação legislativa teve o condão de provocar as novas manifestações dos escritores, em cujas hostes desde logo firmou posição de destaque o Desembargador José Frederico Marques, com os estudos de que nos dão conta o notável 'Ensaio Sobre a Jurisdição Voluntária' e a excelente monografia 'Da Competência em Matéria Penal', versando doutrinariamente os pontos específicos da moderna concepção processual e que mais de perto as relacionam com as bases constitucionais da instituição estatal. Nesses estudos, encontra o crítico, o meticoloso pesquisador da verdade jurídica, o analista forrado de espírito científico, terçando com galhardia a linguagem pátria, num estilo claro e limpo, onde se casam a utilidade da exposição com o prazer da leitura"¹.

Bem se vê, pois, que as festejadas "Instituições de Direito Processual Civil" foram marca indelével do entendimento hodierno da ciência do processo à luz do Código de Processo Civil de 1939.

Logo após o advento do Código de Processo Civil atual, hoje com 30 anos de idade, também chamado "Código Buzaid", José Frederico Marques trouxe a lume as lições enfeixadas no "Manual de Direito Processual Civil", obra que, conquanto de menor fôlego do que as "Instituições", veio em boa hora permitir aos operadores do direito se abeberarem das inovações ocorridas, por meio de ensinamentos lastreados na melhor e mais autorizada doutrina.

A revisão, atualização e complementação de ambas as obras foram conferidas a Ovídio Barros Rocha Sandoval, juiz aposentado e figura de escol da magistratura paulista, conceituado e ético advogado militante, a par de jurista respeitado e escritor primoroso, o que lhes assegura a preservação da qualidade original e do destino perene que merecem.

¹ RT 269/829-847.



José Frederico Marques foi um dos mais brilhantes integrantes da “Escola Paulista de Processo Civil” ou, simplesmente, “Escola Processual de São Paulo”, fundada por Enrico Tullio Liebman, ao lado de juristas maiores, tais como Alfredo Buzaid, Moacyr Amaral Santos, Bruno Afonso de André, Luís Eulálio de Bueno Vidigal, Benvindo Aires e Celso Neves, além de outros.

O professor Liebman lecionou a disciplina “Direito Processual Civil”, em nível de pós-graduação, na Faculdade de Direito da USP, na primeira metade do decênio de 1940. Além das aulas na faculdade, o processualista italiano, defensor do conceito abstrato do direito processual, ao reverso da teoria concreta de seu mestre Chiovenda, reunia os seus alunos e juristas em sua residência, oportunidade em que, aos sábados, entre 15 e 17 horas, eram discutidos os mais relevantes e variados temas de direito e, em especial, de processo civil.

Presto esta singela homenagem à memória de José Frederico Marques principalmente na situação de ex-aluno do saudoso mestre, que lecionou para a minha turma da Faculdade Paulista de Direito da Universidade Católica de São Paulo, Direito Processual Civil e Direito Processual Penal.

Na oportunidade, - e já se vão mais de 40 anos - o corpo docente dessa querida faculdade era formado por curul de juristas da melhor cepa, entre os quais se encontravam André Franco Montoro (Introdução à Ciência do Direito), Manoel Gonçalves Ferreira Filho (Introdução à Ciência do Direito)², José Pedro Galvão de Sousa (Teoria Geral do Estado), Thomas Marky (Direito Romano), cognominado pelos alunos de “Puskas”, grande futebolista húngaro, nacionalidade também do referido mestre, José Horácio Meirelles Teixeira (Direito Constitucional), Oswaldo Aranha Bandeira de Mello (Direito Administrativo),

² Antes de lecionar Direito Constitucional, Manoel Gonçalves Ferreira Filho lecionava Introdução à Ciência do Direito, na cadeira de André Franco Montoro.



carinhosamente apelidado de “Bandeirão”, para distingui-lo de seu filho “Bandeirinha”, Celso Antônio Bandeira de Mello, que então despontava como o promissor administrativista, que, depois, o tempo consagrou, J. Papaterre Limongi (Economia Política), Ruy Barbosa Nogueira (Direito Tributário), João Bernardino Gonzaga (Direito Penal), Rubens Limongi França (Direito Civil), Agostinho Alvim (Direito Civil), Paulo Bonilha (Direito Comercial), Monsenhor Enzo (Ética), Dalmo Belfort de Mattos (Direito Internacional Público), Nicolau Naze (Direito Internacional Privado), Leonardo Van Acker (Filosofia do Direito), Waldemar Mariz de Oliveira Júnior (Direito Processual Civil), Costa Júnior (Medicina Legal) e Sérgio Monteiro Salles (Prática de Direito Processual Penal), entre outros.

Lecionou também para minha turma João Marcelino Gonzaga (Direito Comercial), que fez parte da banca examinadora do concurso de ingresso na magistratura prestado por José Frederico Marques, que, ao ascender ao cargo de Desembargador, voltou a encontrar seu ex-examinador, então emoldurando o decanato do Sodalício bandeirante.

Foram contemporâneos de José Frederico Marques na Católica, além dos que escapam de minha memória, juristas como Alexandre Corrêa (Direito Romano), Washington de Barros Monteiro (Direito Civil), Queiroz Filho (Direito Penal), José Carlos Ferreira de Oliveira (Direito Civil), Bruno Afonso de André (Direito Processual Civil) e Carlos Alberto Carvalho Pinto (Ciência das Finanças), depois Governador do Estado.

À guisa de curiosidade, não é demais lembrar que Frederico Marques, além das matérias acima lembradas, ocupou também as cadeiras de História do Direito Nacional, de Direito Penal e de Ciência das Finanças, todas na mesma Pontifícia Universidade Católica, além de substituir ocasionalmente outros mestres, o que demonstra a formação enciclopédica de que era portador.

Jurista, advogado, antes e depois de ser juiz, professor, conferencista, autor de vasta obra, escrita com o apuro e a elegância



daqueles que são achegados ao vernáculo, José Frederico Marques foi um verdadeiro polivalente, a par de colaborador permanente da então existente seção jurídica de "O Estado de São Paulo".

Seu perfil de emérito processualista foi com felicidade traçado em primorosa oração proferida pelo também ilustre processualista José Carlos Barbosa Moreira:

"A respeito dos livros Instituições de Direito Processual Civil e Elementos de Direito Processual Penal, o professor e desembargador José Carlos Barbosa Moreira, em discurso de saudação ao professor José Frederico Marques, afirmou que nossa ciência processual, após a elaboração de seus novos códigos de processo (civil e penal), necessitava de obra de fôlego para a sua sistematização. E acrescentou o seguinte: 'Na segunda metade dos anos 50, ansiava a ciência processual brasileira por trabalho dessa envergadura. Com pouquíssimas exceções – seria injusto esquecer a obra de Lopes da Costa, no campo civil, e a de Hélio Tornagui, na área penal – estavam as exposições sistemáticas irremediavelmente obsoletas. Urgia apresentar em boa arrumação os frutos, já maduros, da nova messe. Um dos mais operosos lavradores dispôs-se a tomar sobre si o encargo; e foi assim que apareceram as Instituições de Direito Processual Civil e os Elementos de Direito Processual Penal. O nosso homenageado desta noite, depois de testar vitoriosamente as forças em monografias consagradas, fincava marcas indelévels na história de ambos os ramos principais do direito processual brasileiro'. E mais adiante acrescentava: 'As Instituições, como os Elementos, ensinaram direito processual a número incalculável de advogados, juízes, estudantes universitários; e acrescentarei, sem o mais ligeiro traço de ironia, que também o ensinaram a número não desprezível de professores de ambas as disciplinas.'" ³

³ *Apud* "Temas de Direito Processual" (Terceira Série, Ed. Saraiva, São Paulo, 1984, ps. 226/227) in "José Frederico Marques: O Professor, o Juiz, o Jurista e o Amigo". Notas e



Suas excelsas qualidades de professor foram exteriorizadas em feliz enfoque pelo renomado, íntegro e culto desembargador paulista Laerte Nordi, também ex-aluno do mestre:

“Preocupado em transmitir a admiração e o respeito a um gigante do Direito, socorri-me de amigos que poderiam enriquecer a homenagem. Um deles, o ilustre advogado e jurista, Dr. José de Castro Bigi, disse do seu relacionamento com o mestre e de sua amizade com quem almoçava nas sextas-feiras ou sábados. Disse que, a par do privilégio de conviver com ‘a melhor cabeça jurídica do Brasil’, viveu uma época maravilhosa pelas lições de bem viver e de Direito. São dele, as palavras: ‘Nos tempos em que a revista “Seleções Reader Digest” estava no auge de sua popularidade, uma das matérias que sempre me impressionaram muito era aquela denominada ‘o meu tipo inesquecível’. Pois bem, o meu tipo inesquecível é o Professor José Frederico Marques, desde o dia em que, interessado em Processo Civil, iniciei a leitura da monumental obra “Instituições de Direito Processual Civil”. Honra a literatura jurídica brasileira, como honraria de qualquer outro País. O Professor José Frederico Marques foi um homem multiforme. Como estudioso do direito conhecia todos os ramos, nenhum lhe era estranho. Nunca se negou a compartilhar o seu saber. Dialogava com aqueles que com ele trabalhavam, sobre qualquer assunto, buscando o melhor caminho. Também ajudava todo e qualquer advogado que o procurasse. Enfim, um patriarca’. Com sua morte⁴, ‘desapareceu o grande jurista, empobreceu-se o direito e os seus amigos perderam o grande companheiro’ ”.

Felizes todos os que, de uma forma ou outra, conviveram, foram influenciados ou inspirados pelo mestre, uma das raras unanimidades e ‘o tipo inesquecível’ de várias gerações, valendo aqui a

comentários às “Instituições de Direito Processual Civil”, Revista, Atualizada e Complementada por Ovídio Rocha Barros Sandoval, Millennium Ed., 1ª ed. atualizada, 2000, Vol. I, p. XXII.

⁴ Em 28 de janeiro de 1993, aos 80 anos de idade.



lembrança de Winston Churchill, a quem se poderia parafrasear, declarando: “nunca tantos deveram tanto a um único homem, um gênio.”⁵

Seu acendrado amor à terra paulista, entre outras oportunidades, foi primorosamente exteriorizado em seu discurso de posse na desembargadoria de São Paulo:

“Ainda há poucos dias, bem no centro de nossa imensa e querida pátria brasileira, vi a cruz do Anhanguera plantada na vetusta cidade de Goiás, bem em frente à ponte do rio Vermelho, cujas águas deslizam pela bacia amazônica em direção às caudalosas correntes do lendário Araguaia. Foi com unção quase mística que contemplei aquele símbolo de uma religião eterna, levado ao coração e âmago do Brasil pela indômita gente do Planalto que gizou as fronteiras da nacionalidade ao sopé da cordilheira andina. É que tinha diante de meus olhos, em peça de secular existência, a imagem viva de São Paulo e da vocação incoercível dos paulistas de colocarem a serviço da pátria comum, sob o signo do cristianismo, a vitalidade criadora do espírito bandeirante.

Quando ingresso neste Tribunal cuja atuação tão bem reflete a grandeza de São Paulo, é para o meu Estado natal que me volvo genuflexo e respeitoso. E ao rememorar o lenho sacrossanto que as bandeiras carregaram pelo sertão, prometo tudo envidar para honrar, em meu novo posto, as tradições imorredouras de nossa gente e de nossa terra”.⁶

⁵ Cf. “José Frederico Marques, Mestre Inesquecível”, *in* Notas e comentários às “Instituições de Direito Processual Civil”, Revista, Atualizada e Complementada por Ovídio Rocha Barros Sandoval, Millennium Ed., 1ª ed. atualizada, 2000, vol. I, p. XXXVIII.

⁶ RT 269/829-847.

